

A IMIGRAÇÃO AÇORIANA NA GRANDE FLORIANÓPOLIS: CARACTERÍSTICAS E DESDOBRAMENTOS

Fábio Yorran Mattos*

Robson Heinzen da Silva**

Centro Universitário Leonardo da Vinci-UNIASSELVI

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal relatar os principais acontecimentos relacionados à colonização açoriana em Florianópolis e seu entorno. Foram levantados registros que relatam diversos acontecimentos históricos ocorridos principalmente entre os séculos XVI e XX. Foram abordados temas relacionados, desde os objetivos políticos da Coroa Portuguesa até a presença da escravidão negra e sua importância econômica na época. Objetivou-se, também, retratar a forma de organização da sociedade, fortemente influenciada pela Igreja Católica e o modo de produção baseado na agricultura familiar e na pesca, até as transformações espaço-temporais advindas em decorrência dessa colonização, da antiga Nossa Senhora do Desterro até a atual Florianópolis.

Palavras-chave: Açorianos. Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis.

1 INTRODUÇÃO

Mais de dois séculos e meio depois do desembarque das primeiras famílias de açorianos na Ilha de Santa Catarina, chama a atenção o grande interesse que o fenômeno da emigração ainda desperta entre os pesquisadores catarinenses e do arquipélago português. Nem o acentuado deslocamento de pessoas dos Açores para a América do Norte, especialmente na segunda metade do século XX, inibiu os estudos acerca da transferência promovida pela Coroa Portuguesa a partir de outubro de 1747, quando zarpu o primeiro navio açoriano em direção ao Atlântico sul.

O professor e pesquisador português João Leal, ao participar do IV Congresso das Comunidades Açorianas, ocorrido em novembro de 1995, na cidade de Horta, capital da Ilha do Faial, uma das nove integrantes do arquipélago açoriano, expressou suas impressões testemunhando o interesse e o entusiasmo dos catarinenses pela temática:

As coisas estavam acontecendo de acordo com o que eu tinha planejado, até que fui me dando conta de que, para além da participação de dezenas de ativistas de origem açoriana provenientes dos EUA e do Canadá – principais destinos da imigração açoriana no século XX – o congresso contava também com

* Acadêmico do Curso de História – Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI.

** Professor-Tutor Externo do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI.

a presença de ativistas provenientes de destinos mais antigos e menos conhecidos da imigração açoriana. Havia por exemplo um delegado do Havaí – onde a imigração açoriana era reduzida e remontava do século XIX – e um outro da Bermuda – onde a comunidade de origem portuguesa, incluindo os açorianos, era composta, em 1980, por escassos 9000 indivíduos. Mas além destes casos isolados, o que me surpreendeu mais foi a presença de uma numerosa, empenhada e animada delegação brasileira, composta por trinta delegados, provenientes na sua maioria dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (...) Não esperava uma participação tão destacada de militantes brasileiros no IV Congresso de Comunidades Açorianas, sobretudo levando em conta que estes, na sua esmagadora maioria, estavam ligados não à imigração mais recente para o Brasil, mas à colonização – com mais de 250 anos – dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em contraste com a maioria dos congressistas, cujo vínculo com os Açores – mesmo quando nos níveis de 2ª e 3ª gerações – era razoavelmente óbvio, o que eu tinha ali era um conjunto de trinta brasileiros que, apesar de uma remota ligação com os Açores – no nível da 9ª geração –, parecia tão ou mais entusiasmado pela temática da açorianidade que os seus bem mais circunspectos pares provenientes dos EUA ou do Canadá. (LEAL, 2007, p. 20-22).

De fato, o povoamento açoriano no litoral sul brasileiro é muito antigo quando comparado a outras rotas migratórias posteriores. As grandes ondas de imigração para o litoral catarinense ocorreram entre os anos de 1748 a 1756. Este fora um período bastante conturbado, pois os limites meridionais dos domínios portugueses e espanhóis em solo americano eram incertos e, os lusitanos deveriam manter suas possessões povoadas a título de não perdê-las para os castelhanos. A situação demográfica de Florianópolis no século XVIII, então Nossa Senhora do Desterro, não era das mais favoráveis para os interesses expansionistas portugueses. Apesar de sua localização estratégica, a Ilha de Santa Catarina era escassamente

povoada e carente de serviços. Segundo Piazza (1994, p. 36):

A gente desterrense, em 1712, era de 147 brancos, alguns negros libertos, alguns escravos e uns poucos indígenas administrados ou agregados. A essa gente abandonada, de quando em vez, assistia um missionário. Em 1714 chegam à Ilha de Sta. Catarina os frades carmelitas Agostinho da Trindade e Tomé Bueno, ambos naturais de S. Paulo, que missionam, desde então, boa parte do Brasil-Meridional.

O sucesso das pretensões coloniais portuguesas no sul do Brasil deveria passar necessariamente pela consolidação do domínio metropolitano sobre o litoral catarinense e, evidentemente, da Ilha de Santa Catarina. Este objetivo tornar-se-ia possível, dentre outras coisas, a partir de um binômio: ocupação populacional dos extensos vazios demográficos e presença efetiva de forças armadas na região, contando com fortificações militares ao longo de pontos estratégicos – que se mostraram ineficazes para deter a invasão espanhola capitaneada por Pedro de Ceballos em 1777 (CALDAS, 1992). Apesar da invasão, a situação se normalizou após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso – pactuado pelas coroas ibéricas, que uma vez mais organizou as fronteiras das colônias sul-americanas. Os açorianos, estabelecidos em terras catarinenses há pouco mais de duas décadas, ocuparam boa parte do litoral, contribuindo para um notável incremento demográfico, sendo uma das mais importantes matrizes étnico-culturais para a formação do povo catarinense.

Os motivadores para estas vagas migratórias são diversos. A situação geológica instável do arquipélago, com ocorrência de atividade vulcânica e frequentes abalos sísmicos, pode ser tida como motivador. Assim como a superpopulação existente nas ilhas, associada à ausência de reforma agrária e a miserabilidade do povo em geral. A estes fatores de ordem interna, adiciona-se o

interesse da Coroa Portuguesa em assegurar suas posses na América.

Uns falam e se apegam às razões de ordem pragmática, como as crises alimentares e a superpopulação, enquanto outros abordam causas psicológicas, referindo-se à proximidade do oceano, como convite insistente e persistente à busca de aventura e, portanto, de migrar, e, outros mais se referem aos problemas do vulcanismo nas Ilhas dos Açores, como a razão maior dessa imigração. (PIAZZA, 1992, p. 29).

Atítulo de incentivar a migração, o governo de Lisboa fez uma série de promessas, muitas delas não cumpridas. Mesmo assim, milhares de pessoas se dirigiram à costa dos atuais Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (FLORES, 2000).

Sem embargo, os açorianos e seus descendentes deixaram sua marca na composição da população de Santa Catarina, por conta de seu folclore, cultura, literatura, modos e hábitos, facilmente perceptíveis atualmente na capital e em toda a zona costeira do Estado. Obviamente, cultura não é algo estático, ela se transforma. No caso dos descendentes de açorianos, sua cultura influencia e é influenciada, onde encontramos dentro do universo multicultural catarinense uma cultura de base açoriana. Soares tece algumas considerações:

Toda a cultura popular é enriquecida por termos e expressões da literatura oral. Sendo o folclore de natureza dinâmica, o espírito de criatividade do povo está sempre enriquecendo os fatos folclóricos de novas expressões. São os provérbios, as adivinhações, contos, frases feitas, orações, cantos, estórias, no canto popular e tradicional, nas danças de roda, danças cantadas, danças de divertimento coletivo, rondas e jogos infantis, cantigas de ninar, nos romances populares, nas trovas, nos aboios, anedotas, mitos, lendas, nos versos improvisados dos cantadores repentistas, nos cantos dos folguedos e tantos outros. Na vivência contínua do povo que nasce, que chora, que canta, que ri, que dança, que joga,

que caça, que nada, que fuma, que bebe, que diz que diz, que adocece, que sofre e que morre. (SOARES, 1979, p. 17).

O presente trabalho tem como objetivo relatar e sintetizar acontecimentos relevantes relacionados com a colonização açoriana na Ilha de Santa Catarina, perpassando por elementos culturais, econômicos e sociais inerentes à formação daquele espaço – da antiga póvoa de Nossa Senhora do Desterro a Florianópolis do tempo presente.

2 ANTES DOS AÇORIANOS

Segundo variados registros (PIAZZA, 1992; FLORES, 2000), a origem étnica da atual população de Florianópolis e das áreas litorâneas próximas pode ser atribuída como provenientes dos primeiros povoadores portugueses da Capitania de São Vicente, localizada no litoral do estado de São Paulo e dos portugueses provenientes do arquipélago dos Açores (denominados vicentistas e açorianos respectivamente). Na metade do século XVIII, entre 1748 e 1756, dois problemas afligiam a Coroa Portuguesa: a expansão da população do arquipélago juntamente com o aumento significativo da pobreza.

Estes fatos impulsionaram a coroa a realizar maiores investimentos na região sul do Brasil. Deste modo, a fim de equacionar os problemas supracitados, adotou-se como prática a emigração de casais ilhéus, na tentativa de resolver estes dois problemas estratégicos. Desta maneira, os portugueses objetivaram preencher os grandes vazios demográficos então existentes na região.

No período anterior as grandes vagas migratórias de açorianos, outros já haviam passado pela costa catarinense. No princípio do século XVI, a chegada de navegadores espanhóis e portugueses influenciou na vinda de novos aventureiros e corsários de toda a Europa. Náufragos e degredados estavam entre os primeiros europeus a ter contato

com os índios tupi-guarani que habitavam a região (MOSIMANN, 2004). Denominados pelos europeus de índios carijós, possuíam como principais características o conhecimento da agricultura, a prática da pesca de subsistência e, além disso, conheciam os caminhos para o interior da Ilha (SANTOS, 1998). Ainda segundo o mesmo autor, a recepção não conflituosa dos carijós para com os primeiros conquistadores europeus, caracterizada pela ausência de comportamentos hostis, pode ter contribuído para o final trágico destes indígenas do Brasil meridional. O comportamento amistoso desta população nativa nem sempre era encontrado em outros pontos da colônia. Estimativas apontam que no início do século XVI, cerca de cem mil carijós ocupavam a faixa litorânea desde Santa Catarina até o sul do atual Estado de São Paulo (VIEIRA, 2001).

Os carijós foram aprisionados como escravos e comercializados em outros estados, como São Paulo e Bahia, por exemplo, e acometidos por enfermidades até então desconhecidas, que resultaram no desaparecimento quase definitivo desta etnia, no século XVII. Os remanescentes misturaram-se com os negros africanos e foram utilizados como mão de obra escrava (SANTOS, 1998).

Os povos que ocuparam a Ilha de Santa Catarina antes dos europeus estabeleceram uma relação harmoniosa com a natureza. Ao percorrerem trilhas e outras formas de caminhos rudimentares na mata fechada, necessárias para a sua locomoção, demarcavam as rotas mais utilizadas. Posteriormente, com a chegada dos primeiros colonizadores no século XVII, representados pelos bandeirantes de São Vicente, no litoral de São Paulo, estes caminhos já então existentes passaram, naturalmente, a ter fluxo mais intenso, provavelmente pela necessidade de acesso a recursos florestais como madeira para fazer lenha, fontes de água, ou para

alcançar lugares para a realização da caça e da pesca. Este aumento do tráfego de pedestres propiciou um aumento do número de novos caminhos, além de demarcar mais os antigos, até então de uso exclusivo das populações indígenas. Posteriormente, quando houve um fortalecimento da ocupação portuguesa, esses caminhos tiveram um papel fundamental (ZEFERINO; CÂMARA; SANTOS, 2000).

3 OS COLONOS AÇORIANOS

Os açorianos concentraram-se, principalmente, na Ilha de Santa Catarina, no litoral central e litoral sul do estado, nas regiões compreendidas por Biguaçu (antiga São Miguel) até as proximidades de Laguna. Povoados fundados no século anterior, entre os anos de 1658, 1675 e 1684, como por exemplo, São Francisco do Sul, no litoral norte do estado; Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis e Santo Antônio dos Anjos da Laguna, no litoral sul do estado, respectivamente, já possuíam uma população razoável para a época. No entanto, no resto do estado, a ocupação ainda era incipiente. Segundo Farias (1998), as primeiras freguesias surgiram no projeto colonizador da Coroa Portuguesa, que posteriormente deram início a povoados tipicamente açorianos. Sua chegada coincidiu com a época da caça da baleia, que já possuía importância econômica em Santa Catarina. Deste modo, complementavam a mão de obra escrava negra, pois no inverno se dedicavam às armações de baleias.

Na segunda metade do século XVIII, a freguesia de Nossa Senhora da Lapa era composta por colonos que trabalhavam no cultivo de mandioca, milho, cana, feijão e café, processados em engenhos rudimentares. Localizada no Ribeirão da Ilha, baía sul de Florianópolis, passou nesta época a receber casais do arquipélago dos

Açores, que tinham como objetivo compor a colonização da região sul do país. Segundo Ellis (1969) e Silva (1992), a Armação Baleeira da Lagoinha, que no início do século XIX era de propriedade do Real Contrato da Pesca da Baleia, presente na circunscrição da freguesia de Nossa Senhora da Lapa, era responsável pela produção de óleo de baleia para exportação. Neste período a freguesia destacou-se por possuir 582 escravos, ou 31,8% de sua população. Um número expressivo, haja vista que a população atual era de 1828 habitantes (LUZ, 1994).

Segundo Piazza (1975), o emprego da escravidão no estado não acompanhou as mesmas proporções de outras regiões do Brasil. Como principais motivos destacam-se o fato de que o estado não é caracterizado pela existência de grandes propriedades rurais, e a falta de capital por parte dos açorianos e vicentistas para se comprar quantidades significativas de escravos. Essa característica influenciou no emprego da população escrava no estado, concentrada em serviços domésticos ou urbanos, além dos relacionados à pescaria e agricultura.

No entanto essa composição tipicamente portuguesa começa a mudar a partir meados do século XIX, com a presença dos sírios, gregos, libaneses e principalmente italianos e alemães (SEYFERT, 1982). Os açorianos colonizaram a faixa litorânea. Já estes outros grupos ocuparam a região central e oeste do estado. Já na região sul do estado existia o caminho das tropas que, ainda no século XVII, propiciava o povoamento do sul do Brasil, desde o Rio Grande do Sul, onde se destacava a cidade de Viamão, até o estado de Minas Gerais. Neste contexto podemos entender a composição étnica do povoamento de Santa Catarina dentre os séculos XVII, XVIII e XIX: índios tupi-guarani (carijós), africanos, bandeirantes paulistas provenientes de São Vicente, casais provenientes do arquipélago dos Açores e imigrantes europeus de outros países (COSTA, 1978).

3.1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

Atualmente observa-se o impacto do crescimento urbano e demográfico sobre as populações de origem açoriana. Tais acontecimentos resultam em mudanças significativas no modo de vida tipicamente ilhéu de outros tempos. Pode-se considerar que este estilo de vida, remanescente do Brasil colonial, é mais preservado no interior da Ilha e nas pequenas comunidades à beira-mar. Nestas localidades, outrora antigas freguesias, hoje transformadas em balneários de intenso fluxo turístico, nota-se um modo de vida fortemente influenciado pelo ambiente, que ora se concentram nas atividades em terra, ora em mar. No atual centro histórico de Florianópolis localizava-se a antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro onde se centralizava o comércio dos produtos agrícolas e artesanais da região. Enquanto na orla era utilizado o transporte marítimo, a alternativa para se chegar ao interior da Ilha era a utilização de caminhos e trilhas. Estas eram fundamentais para fazer a comunicação entre as comunidades do seu interior. Assim, muitas trilhas e caminhos, além de ligarem entre si as comunidades interioranas, serviam a outros destinos, perfazendo florestas, vales, matas, praias e integrando a composição do relevo e da topografia local (ZEFERINO; CÂMARA; SANTOS, 2000).

O traçado urbano inicial da colônia do Desterro esteve sujeito à mesma normatização que incidiu sobre as vilas luso-brasileiras em geral. A ocupação do território insular em relação ao continental ocorreu prioritariamente já que as características insulares ofereciam maiores atrativos, além das qualidades indispensáveis ao estabelecimento da povoação (VEIGA, 2008, p. 288).

Atualmente, os municípios são compostos por distritos. No entanto, sabe-se que antigamente eram conhecidos pelo nome de "Freguesia". O termo

freguesia compreende uma mistura de organização urbana, política e religiosa. Significava um aglomerado capaz de alguma organização. Geralmente, as freguesias tinham o mesmo nome da igreja local, pois a Igreja, acompanhada de uma praça, desempenhava um papel central. O formato retangular delineado pela igreja-praça representava a característica mais marcante da freguesia, atraindo pessoas e representando imponência. No entanto, aspectos políticos e religiosos fizeram que, com o transcorrer do tempo, houvesse uma ruptura entre a Igreja e o Estado. Mais tarde, as freguesias passaram a ser conhecidas pelo nome de paróquia (LACERDA, 2003).

Com o maior desenvolvimento das rotas marítimas do Atlântico e o aumento da necessidade de um local estratégico para abastecer a frota portuguesa, concomitantemente aos interesses expansionistas da Coroa Portuguesa, inúmeras embarcações necessitadas de abastecimento variado, como por exemplo, alimento e madeira, passaram a atracar na Ilha. Consequentemente, as trilhas e caminhos passaram a desempenhar um papel fundamental, inclusive econômico, uma vez que serviam de elo entre as vilas e as fortalezas (ZEFERINO; CÂMARA; SANTOS, 2000).

É importante destacar a grande dependência das freguesias com o mar, evidenciada por suas localizações. Esta tendência já poderia ser constatada na Provisão Régia de D. João V (9 de agosto de 1747). Seu conteúdo relacionava-se com estas instalações, destinadas aos açorianos. Como exemplo de praça que exemplifica o traçado urbano original característico das freguesias, encontramos a Praça da Enseada do Brito (Figuras 1 e 2), no município de Palhoça, estando aproximadamente 30 km ao sul de Florianópolis (LACERDA, 2003).

A Provisão Régia integrando um projeto que defendesse as cidades atlânticas

estabelecia algumas diretrizes no que diz respeito a características dos emigrantes. Os casais açorianos originários de Portugal deveriam ser católicos. Além disso, destacava-se a definição da quantidade e idade reprodutiva dos mesmos. A Provisão Régia, portanto, representa uma forma importante de organização da colonização. No entanto, apesar da tarefa de atuarem como cartórios, atribuídas às paróquias, que registravam diversas ocorrências, agregando funções de justiça e polícia, ainda carecem estudos que demonstrem existir uma “certidão de nascimento” efetiva dos açorianos em território nacional (LACERDA, 2003).

O povoado de Desterro se fixou ao redor do local onde os bandeirantes de São Vicente construíram a Capela de Nossa Senhora do Desterro, hoje atual praça XV de novembro, no centro de Florianópolis. Nesta época, a disposição das casas acompanhava os quatro caminhos distintos existentes que fluíam em direção as nascentes de água mais próximas. Desta forma existiam os quatro caminhos a seguir: Na atual Rua Vidal Ramos localizava-se a “Fonte da Palhoça”. Na Praça Pio XII localizava-se a “Fonte da Carioca”. Na Rua Saldanha Marinho localizava-se a “Fonte da Pedreira”, na altura do atual Instituto Estadual de Educação. E na atual Avenida Mauro Ramos localizava-se a “Fonte do Campo de Manejo” (ZEFERINO; CÂMARA; SANTOS, 2000).

Originando-se da região da Capela de Nossa Senhora do Desterro e dos caminhos que ali surgiram iniciou-se o pleno desenvolvimento de uma rede de outros caminhos interligando os diversos povoados localizados nas margens da Ilha e no seu interior. Esses pequenos núcleos sociais precisavam de outros meios de se alcançar o mar, diminuindo a dependência de boas condições de navegação imprescindíveis para pequenas e médias embarcações. Assim, muitos caminhos surgiram

interligando as comunidades (ZEFERINO; CÂMARA; SANTOS, 2000).

No trecho a seguir, Zeferino, Câmara e Santos (2000, p. 3) comentam as transformações ocorridas em razão do surgimento destas novas rotas que, além de ligarem o centro da capital a outras localidades, propiciaram uma transformação urbana significativa

A planta da cidade de 1876 mostra que o plano urbano atendeu ao acréscimo do número de habitantes com a transformação de antigos caminhos em ruas, e com a abertura de novas vias públicas. O caminho em direção ao antigo forte de São Francisco tornou-se a atual rua Esteves Júnior. A rua agora denominada Conselheiro Mafra, que desde a Figueira até o forte Santana era simples picada, recebeu o tratamento de rua, por haver sido instalado, em 1841, no alto da colina, o cemitério público. Na baía Norte, paralelamente à praia, foi, aberta rua até o forte de São Luiz (presentemente ruas Almirante Lamego, Bocaiúva, Heitor Luz) que se afasta da praia onde encontrava a avenida Trompowski (ainda não aberta naquele ano). O caminho que levava do centro da cidade ao forte São Luiz deu as ruas que se denominavam Visconde de Ouro Preto, Almirante Alvim e Victor Konder, e unindo-as à paralela orla da baía Norte, as que, presentemente são as ruas Altamiro Guimarães e Alves de Brito. A trilha através do morro em direção à Trindade foi prolongada, na sua base, até encontrar-se com a rua para a Trindade a leste do local do forte São Luiz, constituindo ruas que mais tarde foram incorporadas à avenida Mauro Ramos. Desembocando nessas ruas já desaparecidas, a rua General Bittencourt era a via pública do extremo leste da cidade.

O açoriano encontrou na agricultura familiar sua primeira atividade econômica. Esta se caracterizou por propriedades pequenas e particulares, onde trabalhavam como mão de obra doméstica. Agora recebiam porções de terra em vez de

sesmarias, como antigamente. Entretanto, não aconteceu uma distribuição igualitária de bens e terras, como era esperado de uma colonização planejada pela metrópole. Consequentemente, iniciou-se a formação de grupos sociais distintos, onde grupos de mais influência, possuidores de títulos de nobreza, levaram vantagem nesta distribuição, fato evidenciado muitas vezes observando-se a disparidade em relação à extensão e da localização de suas terras quando comparado com outros grupos sociais considerados desprestigiados (ZEFERINO; CÂMARA; SANTOS, 2000).

3.2 UMA SOCIEDADE ESTRATIFICADA

O surgimento de classes sociais distintas evidenciou-se com a presença de uma aristocracia que, no século XIX, tornaram-se proprietários de estabelecimentos como, por exemplo: engenhos, comércios e barcos. Entretanto, até meados deste mesmo século, para os agraciados com pequenas glebas de terra, restou apenas a prática agrícola em pequena escala. Aprenderam a plantar principalmente mandioca, milho, cana de açúcar, feijão, café e algodão. Entretanto, o cultivo de espécies que até então vinham sendo explorados nos Açores, como o trigo e o centeio, tornaram-se impraticáveis nas atuais condições. As terras agora eram arenosas e resistentes ao manejo de safras anuais. Áreas alagadiças, no entanto, foram preservadas apesar da ausência de lavouras adaptáveis como o arroz. Com o plantio de mandioca e o advento de engenhos, fabricavam a farinha, o melado, o açúcar mascavo e a cachaça. Desenvolveram a tecelagem do algodão, mas ainda empregavam o linho, quando possível (BECK, 1994 apud LACERDA, 2003). A enorme quantidade de espécies frutíferas na Ilha e a escassez de tecnologias para o beneficiamento dos seus frutos, assim como a falta de um mercado estruturado, configurou um quadro de puro

extrativismo, onde as plantas tinham um uso fortuito e incerto (LACERDA, 2003).

Conforme Flores (1995), ainda no século XIX, com o incentivo da Coroa Portuguesa, constatado através de registros, como, por exemplo, a Carta Régia do Rei de Portugal, datada de 31 de agosto de 1746, e outros documentos como editais e um alvará, cerca de 5000 pessoas vieram a ocupar a região sul do país. Tais documentos regulamentavam a vinda destas pessoas, organizadas em casais. A partir de então estes casais passaram a ter uma série de facilidades para povoarem o sul do Brasil, como por exemplo, disponibilidade de terra, ajuda de custo, ferramentas, animais, armas, transporte gratuito e até a dispensa dos homens em prestarem o serviço militar. Esta última, no entanto, não foi cumprida. No estado de Santa Catarina, na Ilha, espalharam-se por diversos lugares, fundando as freguesias. Ainda segundo Flores (1995), desde o local escolhido para a localização das freguesias e a localização das igrejas, até outras coisas como o arruamento, por exemplo, seguia a determinações do Rei de Portugal. Já a distribuição dos lotes de terra, denominados sesmarias, pareceu representar uma sociedade desigual já existente em Portugal, uma vez que, para a aristocracia da época, possuidora de títulos de nobreza, foram destinadas áreas privilegiadas em extensão e localização. Os casais receberam pequenos lotes que não representavam as mesmas dimensões prometidas na Europa, caracterizando, desde então, diferenças sociais consideráveis. No que tange à exploração de culturas agrícolas, espécies que, até então esta parte da população proveniente do Arquipélago dos Açores e da Madeira tinham experiência de plantio, deixaram de ser cultivadas, pois aqui as condições para tal se mostraram bem inapropriadas. O trigo tradicionalmente cultivado “além mar”, não encontrou condições ambientais adequadas no Brasil, de modo que foi substituído pela mandioca, difundida nas Américas e

empregadas na alimentação das tropas da região. Já a tradição da pesca foi mantida e fortalecida, pois a chegada destes primeiros casais coincidiu com a época das migrações das baleias, quando se implantavam as chamadas “Armações de Baleia” com intuito de captura deste animal.

Portanto, podemos concluir que até esta época, ainda no século XIX, o quadro socioeconômico da colonização açoriana se caracterizava por: a presença da agricultura familiar de subsistência onde as famílias produziam, em pequenas propriedades privadas, o necessário para a sua sobrevivência. Entretanto, esta apresentava um caráter de desigualdade social em decorrência da injusta distribuição das terras; influência da Igreja Católica exercida, entre outros, por realização de cerimônias festivas nas localidades das igrejas; a produção de produtos de origem animal de forma caseira como o queijo, a manteiga e o peixe seco; desenvolvimento de tecidos, com destaque para o algodão, a renda e a cordoalha de fibra. Além de serem produzidas louças de argila, tintas e o óleo de baleia. No entanto, podemos destacar, dentre estes produtos, a importância da farinha de mandioca que gerou bons lucros, pois pode ter sido considerada um dos principais produtos de exportação do Brasil Colonial até meados do século XX (FLORES, 1995).

Nos anos subsequentes observou-se uma grande evolução na atividade pesqueira. Os açorianos implantaram técnicas até então difundidas na Europa, como o salgamento e a defumação, garantindo maior conservação do pescado. O solo, no entanto, já refletia anos de exploração com a escassez de seus nutrientes, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento da atividade pesqueira. Apesar de os açorianos terem uma vocação para o pastoreio em seu arquipélago de origem, a exploração de animais de pastagem não encontrou condições adequadas nas pequenas glebas de terra existentes na Ilha. Entretanto a

atividade pesqueira não é estável e diminui, mas a agricultura permanece, abastecendo novos mercados e feiras existentes nas vilas. Nesta época destacam-se além dos produtos já citados, a produção de artigos de cerâmica e artigos têxteis, caracterizando o perfil artesão, lavrador e pescador da sociedade da época (LACERDA, 2003).

3.3 TRABALHO ESCRAVO

O Governador Silva Paes planejou a localização dos povoamentos, de 1748 até 1756 em diferentes locais de Florianópolis, para serem ocupados pelos novos colonizadores portugueses. Neste contexto, foi necessário que novos locais fossem escolhidos previamente para o estabelecimento dos que viriam a seguir, em localidades com aproximadamente 60 casais, influenciando fortemente a dinâmica de comunicação entre as freguesias (PIAZZA, 1992).

Em Piazza (1975) ocorre uma reflexão sobre o número de escravos existentes até então. Este autor defende alta proporção dos mesmos, quando comparados com o restante da população de Santa Catarina. Entretanto, de acordo com o mesmo autor, existem relatos que sugerem a economia pouco desenvolvida e periférica que ocorria nas freguesias como determinante para esse possível pequeno número de escravos existentes. Existem passagens na literatura que indicam que, em 1810, as populações escravas, tanto em Santa Catarina, como em Nossa Senhora do Desterro, representavam aproximadamente um quarto do total da população destas localidades. Sem embargo, um percentual considerável de escravos presente na sociedade da época (CARDOSO; IANNI, 1960 apud ZIMMERMANN, 2004).

Segundo Hubener (1981, apud ZIMMERMANN, 2004), em Santa

Catarina, há o predomínio de pequenas e médias propriedades rurais. Desde o Brasil colonial não existem sistemas de grandes propriedades nesta região, quando comparadas com outras regiões do país, como grandes fazendas latifundiárias, por exemplo. Este fato sugere o estigma de que a economia aqui fosse pouco desenvolvida, porém este fato se contradiz quando constatamos o dinamismo do mercado escravo da época.

3.4 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DA SOCIEDADE

Organizados em freguesias, os açorianos alternavam suas vidas entre trabalhos em terra (primavera e verão) e mar (outono e inverno). Nestes predominavam a presença dos homens, enquanto em terra, pode-se dizer que toda a família participava. Na roça destacava-se a mandioca e seus produtos e no mar destacavam-se inúmeros pescados como peixes, principalmente tainha, anchova e crustáceos, como o camarão por exemplo. Estes produtos eram voltados basicamente para o abastecimento de mercados internos, dando importância econômica às freguesias. Entretanto, a comercialização de tais produtos era feita após suprirem suas próprias necessidades e com ela, adquiriam uma gama de produtos, como fumo de corda, querosene e sal.

As atividades agrícolas eram desenvolvidas nos meses de maio a agosto. Até julho se realizava o preparo do solo e em agosto era realizado o plantio propriamente dito. A safra era colhida dois anos depois, normalmente por volta do mês de abril. Em tal momento, em que os lavradores organizavam a produção de farinha, acontecia a pesca da tainha, de modo que as tarefas laborais ficavam divididas entre os engenhos de farinha e os ranchos de pesca, sob a supervisão dos respectivos proprietários. Ainda que tenham

funcionado de 1760 a 1963, os engenhos de farinha movidos com o uso de animais eram de propriedade de alguns privilegiados, que os alugavam, depois de utilizarem para sua produção, em troca de dias de serviços, para outros pequenos produtores rurais (VALE PEREIRA, 1992 apud LACERDA, 1993).

Segundo Campos (1991 apud LACERDA, 1993), caracterizavam também a estrutura agrária da época a existência e o uso comum de áreas entre os moradores de uma determinada localidade. Em tais terras “comunitárias”, utilizadas por pequenos agricultores, destacava-se a pecuária e agricultura de subsistência, além da extração da madeira para lenha, produção de travesseiros confeccionados com capim e flores de marcela e produção de balaios e esteiras. Registros do mesmo autor indicam que essas áreas de uso comum existiram, por exemplo, na região de Canasvieiras, ao norte da Ilha de Santa Catarina, até a segunda metade do século XX.

Para Lacerda (2003) a organização da comunidade na época favorecia intenso convívio social, uma vez que muitas atividades coletivas eram realizadas, tanto no modo de produção artesanal da agricultura de subsistência e na pesca, sobretudo a pesca de arrasto envolvendo centenas de pessoas, quanto em diversas atividades, como as festas religiosas que envolviam procissões, cantorias e sorteios de bingos. Dessa necessidade de agregar muitas pessoas da comunidade para a realização de diversas tarefas, aliadas a sazonalidade da pesca e agricultura, podem ter surgido práticas como o escambo, por exemplo. O escambo até recentemente era realizado em localidades mais interioranas, de difícil acesso. Trocavam-se, na ocasião, produtos da roça por produtos da pesca, por exemplo. Nesse contexto, as pessoas mais privilegiadas se sobressaíram, pois em uma atmosfera de troca, o poder e a influência no local era de grande valia. Historicamente, essa forma de organização

da sociedade da época pode ter influenciado no desenvolvimento da troca de favores, de patronagem e clientelismo, observados até os dias de hoje em diversos segmentos da sociedade.

3.5 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO ÚLTIMO SÉCULO

No século XX, no entanto, grandes transformações ocorreram. O modo de vida arcaico, onde as freguesias representavam o papel da igreja católica e a economia era baseada na agricultura de subsistência e na pesca, foi aos pouco se transformando.

Os primeiros trinta anos do século XX foram, portanto, marcados por diversos momentos de modernização, traduzidos na adoção de vários serviços urbanos, considerados avançados não só para Florianópolis, como para outras capitais brasileiras. O desejo de conforto urbano se traduziu na implantação dos serviços de telefone, água encanada, luz elétrica, esgoto sanitário, linhas de bonde e novas opções de moradia e lazer. A cidade apresentava um “aspecto agradável”, com praças e ruas arborizadas e calçadas, sendo considerada “uma das mais belas capitais do país”. (VEIGA, 2008, p. 101).

O crescimento populacional, aliado à construção da ponte Hercílio Luz, à construção civil, à implantação de outros sistemas de transportes, resultou na ocupação de diversas áreas periféricas ao centro da cidade. Os antigos caminhos foram transformados em ruas e estradas. Florianópolis passou a não ser mais uma comunidade isolada. No interior, nos locais de mais difícil acesso, denominados “sertões”, ainda eram utilizados veículos de tração animal e grande parte dos caminhos e trilhas ainda eram plenamente utilizadas. No entanto, principalmente a partir da década de setenta, com maiores

investimentos no transporte, aumento no fluxo de turistas, esses caminhos foram dando lugar a novas estradas e, dos poucos que sobraram, principalmente na parte mais ao sul da Ilha, passaram a servir de atração turística ou entraram em desuso em função da modernidade e das transformações econômicas ocorridas (ZEFERINO; CÂMARA; SANTOS, 2000). Ao longo dos anos a pressão do capital privado foi determinante para a configuração e reconfiguração da paisagem, trazendo danos irreparáveis ao ambiente. A ideia de dilapidar o patrimônio histórico e natural beneficiando uns poucos em detrimento de muitos não é novidade, sendo, infelizmente, parte do pensamento da elite empresarial da cidade (Figura 3).

4 MATERIAL E MÉTODOS

Esta breve pesquisa, que percorre o caminho da História regional, tem como objetivo fundamental relatar e sintetizar acontecimentos relevantes relacionados com a colonização açoriana na Ilha de Santa Catarina e continente fronteiriço, perpassando por elementos culturais, econômicos e sociais inerentes a formação daquele espaço. Para o desenvolvimento deste trabalho, baseado essencialmente em pesquisa bibliográfica, foi imprescindível a realização de visitas à Biblioteca Pública de Santa Catarina e também à Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ambas situadas em Florianópolis (no Centro e na Trindade, respectivamente). Felizmente, há uma vasta gama de materiais publicados sobre o assunto, havendo muitos livros, entre autores já consagrados e novos pesquisadores, além de trabalhos acadêmicos enfocando a temática em questão. Consultas à internet também foram de grande valia, assim como a realização de uma saída a campo, na tradicional localidade de Enseada do Brito, município de Palhoça, na Grande Florianópolis.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho de graduação, de forma alguma, tem a pretensão de propor conclusões definitivas e encerrar um assunto tão complexo como a imigração açoriana em terras catarinenses. Por ser a História um terreno de possibilidades, que nos ajuda a entender o mundo e a nós próprios, o conhecimento histórico não se encontra finalizado, assim como também não é verdade absoluta. Trata-se de uma construção temporal, seletiva, parcial, não completa – permitindo, portanto, diversas interpretações e múltiplas leituras. De acordo com Caio César Boschi:

A história serve para que o homem conheça a si mesmo – assim como as suas afinidades e diferenças em relação a outros... Por mais sentido que pareçam, tais indagações traduzem a necessidade que temos de nos explicar, nos situar, nos (re)conhecer como humanos e, em decorrência, como seres sociais. (2007, p. 12).

No decorrer desta pesquisa, os levantamentos bibliográficos tornaram possível o acesso a diversas informações que permitiram conhecer mais detalhadamente algumas particularidades do modo de vida e da formação socioespacial das comunidades açorianas em Santa Catarina, mais especificamente na região da Grande Florianópolis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos anos, desde o início da colonização até os dias atuais, podemos compreender as inúmeras transformações acometidas aos açorianos e seus descendentes. Da prática da agricultura familiar, pouco restou, pois o crescimento

demográfico e as transformações por ele acarretadas no espaço geográfico da Ilha contribuíram para impossibilitar essa atividade. A pesca da tainha, na modalidade artesanal, e tipicamente sazonal, sobrevive, embora não tenha a mesma importância do passado, pois há muito tempo existem inúmeras alternativas de renda nesta época. A expansão imobiliária é intensa e com ela, aliada a outros fatores, ocorre uma intensa miscigenação de pessoas com mais variadas origens. Não é exagero afirmar que em alguns bairros de Florianópolis, principalmente na Ilha, é mais fácil observarmos a presença de pessoas originárias de outros estados e até países do que descendentes dos açorianos. Entretanto, é fácil estabelecer uma relação entre os locais que concentram muitos pescadores, onde há uma colônia de pesca ativa, e sua influência açoriana, manifestada desde um jeito característico de se comunicar, até a valorização de atividades socialmente coletivas, como a pesca de arrastão da tainha, e a forte influência da igreja católica, observada nas cerimônias de festejos religiosos. Também podemos constatar essa influência quando observamos a tipologia arquitetônica característica de alguns bairros.

O crescimento dos centros urbanos, a hipervalorização das terras, projetos urbanos mal implementados ou mal formulados e, principalmente o descaso e a falta de visão dos responsáveis pelo governo e pela planificação da ocupação urbana têm produzido o desaparecimento dos últimos indícios de um quadro natural ou, no mínimo, edificado em harmonia com a natureza. Os aspectos originais da paisagem gradualmente são vencidos e a cidade e seus moradores aos poucos perdem o contato com a beira da praia, com a salutar presença da mata atlântica e a identidade humana. Em contrapartida, recebem as consequências ambientais destas alterações.

A Coroa Portuguesa enviou para o

litoral sul do Brasil milhares de pessoas, que por ausência de escolas nas Ilhas do Arquipélago, apesar de iletradas em sua grande maioria, mostraram coragem e criatividade na América. Num primeiro instante, nada lhes foi favorável. O ambiente do Novo Mundo era hostil e muito distinto do Arquipélago. A cultura de cereais não se mostrou plenamente praticável. As feras e animais peçonhentos eram uma novidade, mais um desafio a ser vencido.

Para assegurar a própria sobrevivência, não tiveram outra escolha senão reciclar seus conhecimentos. Ainda assim, poucas gerações adiante e vários de seus descendentes seriam políticos, militares, religiosos, artistas, comerciantes e outros tantos – agregando cultura, transformando o espaço e legando peculiaridades, dando cada qual, a sua maneira, um contributo próprio à terra que os acolheu. De forma alguma a saga dos açorianos se encerra nestas breves linhas, em quaisquer pesquisas ou num passado distante e “inalcançável”. Ela continua a ser escrita, linha após linha, todos os dias e por todos – anônimos ou não, querendo ou não – que pelas engrenagens da História se inserem nas instituições, nos padrões de comportamento, nos valores e nas crenças destes homens e mulheres que há muito tempo, por algum motivo, se viram obrigados a cruzar o Atlântico, o “grande oceano”, que ao longo dos séculos inspirou e desafiou os reinos e povos da península Ibérica – portugueses e espanhóis.

REFERÊNCIAS

BOSCHI, Caio César. **Por que estudar História?** São Paulo: Ática, 2007.

CALDAS, Cândido. **História militar da Ilha de Santa Catarina:** Notas. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

COSTA, F. Carreiro da. **Esboço histórico dos Açores.** Ponta Delgada: Instituto

Universitário dos Açores, 1978.

ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil Colonial**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

FARIAS, Vilson Francisco. **Dos Açores ao Brasil Meridional**: uma viagem no tempo. Vol. 1. Florianópolis: Autor, 1998.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Entre a casa e a rua**: memória feminina das festas açorianas no Sul do Brasil. 1995. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/03112009-111957flores.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

_____, Maria Bernadete Ramos. **Os povoadores da fronteira**: os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil. Florianópolis: UFSC, 2000.

LACERDA, Eugenio Pascele. **O Atlântico açoriano**: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade. 2003. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Florianópolis: UFSC, 2003.

LEAL, João. **Cultura e identidade açoriana**: o movimento açorianista em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2007.

LUZ, Sérgio Ribeiro da. **Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população**: 1810-1930. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1994.

MOSIMANN, João Carlos. **Porto dos Patos**. Florianópolis: Edição do autor, 2004.

PIAZZA, Walter. **A epopeia açórico-madeirense**. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

_____, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

_____, Walter. **O escravo numa economia minifundiária**. Florianópolis: UDESC, 1975.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

SEYFERT, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: FCC, 1982.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Florianópolis: UFSC, 1992.

SOARES, Doralécio. **Folclore brasileiro**: Santa Catarina. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis**: memória urbana. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

VIEIRA Filho, Dalmo. **Santa Catarina 500 Anos**: terra do Brasil. Florianópolis: A Notícia, 2001.

ZEFERINO, Augusto César; CÂMARA, Maurício; SANTOS, André Luiz. **Velhos caminhos novos**: um resgate histórico-geográfico dos caminhos da Ilha de Santa Catarina – Brasil. In: Anais do VI Colóquio Internacional de História das Ilhas do Atlântico. Funchal/Ilha da Madeira: Centro de Estudos de História das Ilhas Atlânticas – CEHA, 2000.

ZIMMERMANN, Fernanda. **Africanos no sul do Brasil**: rotas de tráfico e identidade étnica. Subprojeto. **Africanos entre açorianos**: tráfico Atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica. Florianópolis: UFSC, 2004.

ANEXOS

FIGURA 1 – PRAÇA DA ENSEADA DO BRITO VISTA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO



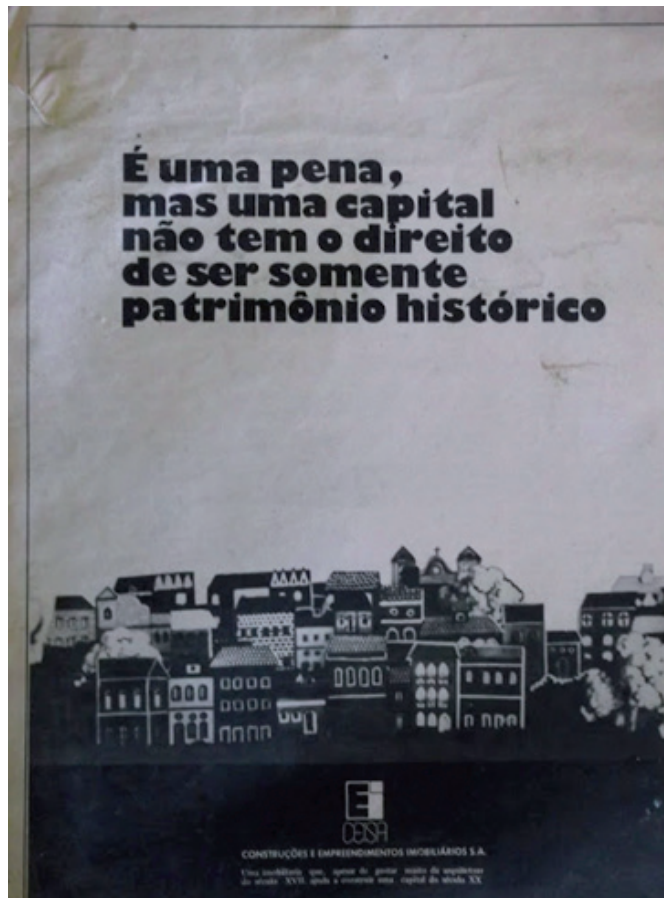
FONTE: Acervo do autor

FIGURA 2 – ENSEADA DO BRITO – PRAÇA COM IGREJA AO FUNDO



FONTE: Acervo do autor

FIGURA 3 – CARTAZ DA CONSTRUTORA CEISA, PUBLICADO NA PÁGINA 3 DO ENCARTE ESPECIAL SOBRE HABITAÇÃO, DO ANTIGO JORNAL “O ESTADO”. AGOSTO DE 1973



FONTE: Disponível em: <<http://www.cangablog.com/search?q=ceisa>>. Acesso em: 10 maio. 2012.

